

**ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E AS SUAS
CONSTANTES AMPLIAÇÕES METODOLÓGICAS-VIVENCIAIS NAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO: DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES**

DOI: 10.5281/zenodo.15549813

Marcos Vitor Costa Castelhana

Mestre em Ciências da Educação

Neize Maria Mendes Miranda

Doutoranda em Ciências da Educação

Lisbino Geraldo Mirando do Carmo

Doutorando em Ciências da Educação

Luiz De Lavour Marculino

Mestre em Ciências da Educação e Doutorado em Psicologia

Rogério Lopes Nicácio

*Profissional com ampla experiência na área de Tecnologia da Informação, atuando
como gerente de TI, professor e engenheiro de qualidade de software (QA).*

José Alberto André Guimarães

Mestre em Ciências da Educação pela QUE

Emanuelle Ribeiro Lisboa Prasto Martins

*Psicóloga pela Unigranrio e Mestranda em Psicologia Social pela Universidade
Salgado de Oliveira – Universo*

Geovan Carlos Kuba

Formado em Filosofia pela Universidade de Thorwood (NY),

Joseli Maria Silva De Lima

Graduada em Pedagogia pela Universidade da Cidade do Rio de Janeiro – UNIVERCIDADE

RESUMO: O Atendimento Educacional Especializado – AEE, enquanto expressão significativa no cenário nacional, apresenta características pedagógicas, interventivas-aplicativas e políticas específicas mediante a ressignificação dos processos de exclusão social ocorridos de diferentes formas ao longo da história, buscando, sobretudo em sua contemporaneidade, o acompanhamento adequado e inclusivo de alunos com necessidades educacionais singulares, que serão mencionados de forma mais enfática ao longo do texto científico. Nesse sentido, tal suporte educacional, apesar das resistências e dos obstáculos levantados por moldes marginalizantes cristalizados nas percepções históricas anteriores, permite a construção de alternativas e de potencialidades interdisciplinares, promovendo o trabalho colaborativo entre professores do ensino regular, profissionais inseridos no AEE e outros profissionais nas redes intersetoriais, promovendo o acolhimento e o desenvolvimento global dos alunos participantes ante as prerrogativas da inclusão escolar. Partindo dos elementos supracitados, o presente artigo científico discorre sobre os possíveis paralelos e desafios interdisciplinares entre o AEE e as constantes ampliações metodológicas-vivenciais nas políticas públicas de inclusão no território brasileiro, discutindo sobre as disposições intersetoriais, as metodologias aplicativas, as bases legais, a significância das tecnologias assistivas, entre outros fatores relacionais. Para isso, a metodologia de revisão narrativa foi utilizada como norte técnico e de pesquisa para a captação de materiais e construção dialógica do material em questão, tendo como base artigos científicos, capítulos de livro, livros especializados e outros recursos científicos e documentais, geralmente encontrados nas plataformas digitais do Google Acadêmico, Scielo, Portal CAPES e PePSIC. Portanto, citado os objetivos e matrizes centrais o artigo aqui apresentado, seguem os demais tópicos e discussões centradas na temática edificada, tendo em conta que as funcionalidades e os direcionamentos planejados do AEE englobam aspectos macroeducacionais, fomentando, ainda mais, a necessidade de tais reflexões nos panoramas educativos atuais.

Palavras-chave: AEE. Inclusão. Interdisciplinaridade. Metodologias Vivenciais.

ABSTRACT: Specialized Educational Assistance (SEA), as a significant expression in the national scenario, presents specific pedagogical, intervention-application and political characteristics through the resignification of the processes of social exclusion that have occurred in different ways throughout history, seeking, especially in its contemporary era, the adequate and inclusive monitoring of students with unique educational needs, which will be mentioned more emphatically throughout the scientific text. In this sense, such educational support, despite the resistance and obstacles raised by marginalizing models crystallized in previous historical perceptions, allows the construction of alternatives and interdisciplinary potentialities, promoting collaborative work between regular education teachers, professionals involved in SEA and other professionals in intersectoral networks, promoting the reception and global development of participating students in view of the prerogatives of school inclusion. Based on the aforementioned elements, this scientific article discusses the possible parallels and interdisciplinary challenges between the AEE and the constant methodological-experiential expansions in public inclusion policies in Brazil, discussing intersectoral provisions, application methodologies, legal bases, the significance of assistive technologies, among other relational factors. To this end, the narrative review methodology was used as a technical and research guide for the collection of materials and the dialogical construction of the material in question, based on scientific articles, book chapters, specialized books and other scientific and documentary resources, generally found on the digital platforms of Google Scholar, Scielo, CAPES Portal and PePSIC. Therefore, having cited the objectives and central matrices of the article presented here, the other topics and discussions centered on the constructed theme follow, bearing in mind that the functionalities and planning directions of the AEE encompass macro-educational aspects, further fostering the need for such reflections in current educational panoramas.

Keywords: AEE. Inclusion. Interdisciplinarity. Experiential Methodologies.

INTRODUÇÃO

O Atendimento Educacional Especializado – AEE, enquanto expressão significativa no cenário nacional, apresenta características pedagógicas, interventivas-aplicativas e políticas específicas mediante a ressignificação dos processos de exclusão social ocorridos de diferentes formas ao longo da história, buscando, sobretudo em sua contemporaneidade, o acompanhamento adequado e inclusivo de alunos com necessidades educacionais singulares, que serão mencionados de forma mais enfática ao longo do texto científico (Sotero; Cunha; Garcia, 2019).

Nesse sentido, tal suporte educacional, apesar das resistências e dos obstáculos levantados por moldes marginalizantes cristalizados nas percepções históricas anteriores, permite a construção de alternativas e de potencialidades interdisciplinares, promovendo o trabalho colaborativo entre professores do ensino regular, profissionais inseridos no AEE e outros profissionais nas redes intersetoriais, promovendo o acolhimento e o desenvolvimento global dos alunos participantes ante as prerrogativas da inclusão escolar (Bondezan; Goulart, 2013).

Partindo dos elementos supracitados, o presente artigo científico discorre sobre os possíveis paralelos e desafios interdisciplinares entre o AEE e as constantes ampliações metodológicas-vivenciais nas políticas públicas de inclusão no território brasileiro, discutindo sobre as disposições intersetoriais, as metodologias aplicativas, as bases legais, a significância das tecnologias assistivas, entre outros fatores relacionais.

Para isso, a metodologia de revisão narrativa foi utilizada como norte técnico e de pesquisa para a captação de materiais e construção dialógica do material em questão, tendo como base artigos científicos, capítulos de livro, livros especializados e outros recursos científicos e documentais, geralmente encontrados nas plataformas digitais do Google Acadêmico, Scielo, Portal CAPES e PePSIC.

Portanto, citados os objetivos e matrizes centrais o artigo aqui apresentado, seguem os demais tópicos e discussões centradas na temática edificada, tendo em vista que as funcionalidades e os direcionamentos planejados do AEE englobam aspectos macroeducacionais, fomentando, ainda mais, a necessidade de tais reflexões nos panoramas educativos atuais.

DESENVOLVIMENTO

De início, destaca-se que, mesmo com aplicações setoriais inclusivas durante a história educacional brasileira, foi a partir dos anos 2000 que tais políticas educacionais especiais-inclusivas ganharam mais visibilidade e efetivação, permitindo que alunos com necessidades específicas, englobando, por exemplo, os espectros do neurodesenvolvimento, altas habilidades e deficiências múltiplas, tivessem potencialidades de acolhimento cada vez mais significativas perante das suas singularidades pedagógicas e psicossociais (Pasian; Mendes; Cia, 2017).

Vale ressaltar que os próprios ordenamentos jurídicos que fundamentam a implementação do AEE e o acesso da educação são elementos difundidos nos aparatos políticos do Brasil, tendo como exemplo o Art. 205 da Constituição Federal (Brasil, 1988), visando garantir a todos os cidadãos acesso ao universo educativo gratuito e de qualidade, e a Lei n. 9.394/2015 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996), em seu artigo 58, aborda a necessidade e significância da educação especial aos alunos com necessidades educacionais específicas

Eu uma ótica histórica, entende-se que as primeiras origens e implementações do AEE fazem referência uma sistematização de caráter misto e integrante entre escolas voltados diretamente aos públicos típicos e neuroatípicos, mesmo que tais movimentações, quando consideradas as políticas educacionais de inclusão, pautem a importância dos alunos com necessidades específicas estarem englobados nas escolas e classes comuns (Carvalho, 2013).

Seguindo tal lógica, deve-se ter mente que, como aborda Lima (2005), as estratégias colaborativas voltadas aos alunos com demandas psicológicas e/ou de aprendizagem ao longo dos recortes educativos perpassaram por variados enfoques de exclusão e de segregação, tanto que, como vistos nas tentativas clínicas e psicométricas nos históricos psicológicos-escolares, alternativas aplicativas, por vezes, eram impregnadas como vetor de repartição entre os alunos considerados funcionais e não-funcionais.



Além disso, Pacheco (2010), ao relatar sobre a Reforma Psiquiátrica no contexto brasileiro, ressalta que as representações sociais negativas relacionadas as condições estruturantes dos transtornos mentais invadem as dinâmicas societárias gerais, sobretudo quando considerado as esquemáticas escolares e educacionais, influenciando nas dificuldades de posturas inclusivas e integrativas desse público, tendo como reflexo civilizatório a exclusão de tais sujeitos, distanciados enquanto membros do contrato social.

Para Carvalho (2013), os campos simbólicos, políticos e vivenciais da educação especial e inclusiva no Brasil englobam inúmeras ambiguidades aplicativas e estabelecidas nas políticas políticas educacionais, revelando a pertinência dos ordenamentos jurídicos e lutas associadas enquanto alternativas vigentes para a gradual ruptura do distanciamento entre a realidade empírica e as determinações jurídicas gerais e específicas. Em que, o AEE, como conjunto de fatores estruturantes no sentido abordado, participa como proposta implementada capaz de contribuir de forma significativa no desenvolvimento e no acolhimento dos alunos com necessidades educativas específicas (Seabra Junior; Lacerda, 2018).

Contudo, no estudo de Pasion, Mendes e Cia (2017), enfatiza-se a necessidade de mobilizações dialógicas e interdisciplinares entre os professores da classe regular e os demais profissionais inseridos no contexto do AEE, fomentando, a partir de uma parceria educativa e pedagógica, tendências práticas, adaptativas e intervertidas capazes de acolher e estimular significativamente os alunos inseridos em tais contextualizações experienciais-dinâmicas.

Desse modo, os autores (2017) abordam que os profissionais inseridos nas políticas públicas educacionais que ancoram o AEE devem apreender de forma ampla, e ao mesmo tempo especificada, as necessidades e realidades singulares dos alunos englobados na educação especial, demonstrando a significância da preparação teórica-prática e técnicos nas elaborações educativas globais e setoriais.

Seguindo o raciocínio acima, fica evidente que, além da constante formação e preparação dos profissionais citados, faz-se pertinente o acréscimo de mais investimentos, considerando os âmbitos municipais, estaduais e federais, mediante os campos da

educação especial e inclusiva, viabilizando a formação continuada e meios executórios de caráter funcional para as atuações elaborativas (Pasian; Mendes; Cia, 2017).

Coadunando com os esboços supracitados, Braun e Marin (2016) comentam que, a partir de suas elaborações acadêmicas e técnicas, as proposições educacionais especializadas torna-se possível a edificação de estratégias de ensino colaborativos pautados diretamente nos interesses, objetivações e necessidades dos alunos inseridos em tal perspectiva, desenvolvendo aplicações metodológicas-vivenciais para além das salas de recursos multifuncionais.

Dessa maneira, os pesquisadores (2016) citados deixam claro que o ensino colaborativo como associação significativa ao AEE valoriza a constante interação entre os eixos multifuncionais e as contextualizações escolares, partindo do pressuposto de que os espaços educacionais, como um todo partilhado nas vivências civilizatórias do sujeito, possibilita a construção de variadas aprendizagens sociais e acadêmicas, configurando a diversidade expressada pelo alunato.

Somado a isto, baseando-se nas experiências de Seabra Junior e Lacerda (2018), os planejamentos educacionais associados as esquemáticas interativas do AEE permitem a realização de objetivações significativas mediante as demandas dos sujeitos englobados, revelando a pertinência dos trabalhos colaborativos e da compreensão contínua e gradual dos alunos, partindo de suas necessidades e interesses, assim como o acompanhamento na visualização dos recursos aplicados no cotidiano educativo.

Nessa perspectiva, os autores (2018) enfatizam que os elementos práticos, teóricos e contextuais devem estar em constante alinhamento, dado que tais fatores contingenciais influem diretamente no manejo e nos planejamentos adaptativos ante as características de cada sujeito inserido nas atividades propostas, tendo em mente as visualizações dos recursos pedagógicos e dos ambientes em que o participante é assistido.

Ainda nesse estudo, visualiza-se também a significância da flexibilidade dos profissionais que assistem os estudantes englobados no AEE, posto que, mesmo com os planejamentos dirigidos no fluxograma, os profissionais atuantes buscaram alternativas e aplicações metodológicas-vivenciais atreladas as contingências e contextualizações trazidas por cada aluno (Seabra Junior; Lacerda, 2018).



Segundo Drago (2012), em panorama geral, sobretudo quando mencionado o Projeto Político Pedagógico- PPP enquanto plano norteador, observa-se que as interligações constantes entre a inclusão social e escolar de pessoas com deficiência e as implantações graduais do AEE servem de força motriz para construção de uma educação pública e democrática de qualidade, buscando, acima de tudo, a diminuição dos distanciamentos entre os cenários idealizados e as realizações executórias.

De tal modo, Silva e Alencar (2024) aponta a pertinência da contínua inserção interacional da equipe interdisciplinar enquanto fomento de aperfeiçoamento e consolidação das prerrogativas e objetivações expressas nos diferentes contextos do AEE, demonstrando a significância da viabilização de diferentes suportes e de outros elementos, a exemplo do trabalho colaborativo e da formação continuada.

Como fala suplementar, ressalta-se que roçar-me variados estudos recentes que visam ampliar as concepções e as experiências nos panoramas do AEE, tendo como exemplo, os trabalhos de Silva e Barboza (2025), de Machado e colaboradores (2025), de Oliveira, Brito e Oliveira (2025), de Torres e Oliveira (2025), de Fagundes (2025), de Cirilo, Rodrigues e Brandão (2025), entre outros.

Para finalizar, conclui-se que as políticas educacionais e os constantes fomentos teórico-práticos e experienciais que servem de força motriz para os sustentáculos do AEE possibilitam a inclusão, o acolhimento e o desenvolvimento de alunos com necessidades educacionais específicas em um sentido significativo, apesar da existência de obstáculos estruturais ainda presentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante do avistado, fica evidente que as discussões circunscritas nas temáticas do AEE envolvem elementos e dinâmicas multifatoriais e plurifacetadas, englobando aspectos políticos, históricos, metodológicos e propriamente estruturais. Nessa perspectiva, a interdisciplinaridade, assim como demais elementos técnicos e/ou políticos educacionais, permitem a consolidação da adventos e campos aplicativos capazes de promover o desenvolvimento, o acolhimento e a inclusão de alunos com necessidades específicas.

REFERÊNCIAS

PASIAN, Mara Silvia; MENDES, Enicéia Gonçalves; CIA, Fabiana. Atendimento educacional especializado: aspectos da formação do professor. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 165, p. 964-981, 2017.

SOTERO, Mariana da Cunha; CUNHA, Eliana Briense Jorge; GARCIA, Valéria Aroeira. Educação integral e atendimento educacional especializado: como essas políticas são implementadas ao mesmo tempo?. Cadernos CEDES, v. 39, p. 237-250, 2019.

BONDEZAN, Andreia Nakamura; GOULART, Aurea Maria Paes Leme. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: O QUE DIZEM AS PROFESSORAS DAS SALAS REGULARES?= SPECIALIZED EDUCATIONAL ATTENDANCE: WHAT IS THE OPINION OF TEACHERS IN REGULAR CLASSES?. CAMINE: Caminhos da Educação= Camine: Ways of Education, v. 5, n. 1, 2013.

CARVALHO, Erenice Natália Soares. Educação especial e inclusiva no ordenamento jurídico brasileiro. Revista educação especial, v. 26, n. 46, p. 261-275, 2013.

SEABRA JUNIOR, Manoel Osmar; LACERDA, Lonise Caroline Zengo De. Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico. Revista Brasileira de Educação, v. 23, p. e230016, 2018.

LIMA, Aline Ottoni Moura Nunes de. Breve histórico da Psicologia Escolar no Brasil. Revista Psicologia Argumento (PUCPR), 2005. , v. 23, n. 42 p. 17-23.

PACHECO, J. G. Reforma psiquiátrica, uma realidade possível: representações sociais da loucura e a história de uma experiência. Curitiba: Juruá Psicologia, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988.

DRAGO, Rogério. Inclusão escolar e atendimento educacional especializado no contexto do projeto político pedagógico. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação-Periódico científico editado pela ANPAE, v. 27, n. 3, 2012

BUENO, Évelyn da Rocha. Atendimento Educacional Especializado na Educação Superior: a compreensão de uma equipe interdisciplinar. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Especial – Licenciatura) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019.

SILVA, Jéssica; BARBOZA, Nilton Anderson Santos; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. OS DESAFIOS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE). **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 3, p. 690-700, 2025.

CIRILO, Vitor; RODRIGUES, Hellen Vitória Mota; BRANDÃO, Rayra. Inclusão de alunos ao Atendimento Educacional Especializado (AEE): mapeamento e análise do processo em uma escola municipal de Tomé-Açu, Pará. Revista de Gestão e Secretariado, v. 16, n. 3, p. e4724-e4724, 2025.

FAGUNDES, Ana Lucila Ribeiro Dantas. Inclusão Escolar de Alunos Surdos: Práticas Pedagógicas, Ambiente Linguístico Adequado e AEE. **RELACult-Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade**, v. 11, 2025.

TORRES, Josiane Pereira; OLIVEIRA, JÁIMA PINEIRO DE. PERSPECTIVAS DE DIÁLOGO ENTRE AS POLÍTICAS DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) E DA ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL. 2025.

OLIVEIRA, Acimara Pereira; BRITO, Dioclécio; OLIVEIRA, Hilmaria Pereira. A ARTETERAPIA NO CONTEXTO ESCOLAR NA SALA DE AEE. **Revista Educação Contemporânea**, v. 2, n. 1, p. 710-719, 2025.

MACHADO, Andrieli Lopes et al. Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas aulas de Matemática: desafios da formação e atuação em sala de aula. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 7, p. e16279-e16279, 2025.